



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0715/13	DATA: 11/06/2013
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 15h08min	DURAÇÃO: 00h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h09min	PÁGINAS: 4	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: 3.ª Reunião Ordinária da CMO.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, eu declaro iniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9 de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, na linha da construção dos entendimentos que estamos buscando fazer, primeiro eu gostaria... Há requerimento de nossa autoria — não sei ele foi aberto e, em sendo, se pode ser apresentado —, mas eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que nós possamos adotar a estratégia, nas reuniões ordinárias, como esta, e nós não teremos nenhuma dificuldade em colaborar com a construção de pautas e de entendimento, de termos sempre o encerramento da reunião para que possamos fazer a abertura de outra reunião, cumprindo os preceitos regimentais.

Eu acho que isso é o mais apropriado. V.Exa. pode estar certo de que, da nossa parte, isso não significa nenhuma tentativa de criar dificuldades. Pelo contrário, visa a estarmos sempre sintonizados e cientes do que serão a pauta e as ações, feitas em harmonia e dentro do espírito do entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Claro, Deputado. Quero apenas esclarecer aos presentes que esta Presidência sempre suspendeu as reuniões ordinárias quando a pauta permaneceria a mesma para a próxima reunião, como é o caso de hoje. A pauta será exatamente a mesma na próxima terça-feira. Portanto, eu irei suspender esta reunião e dar continuidade a ela na terça-feira, visto que não houve acordo para a votação do relatório preliminar da LDO.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Se V.Exa. me permite, eu apenas gostaria de fazer a apresentação de um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - É o requerimento que tenho em mãos, de nº 5?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Então, antes de suspender a reunião, passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio para que faça a leitura e a defesa de seu requerimento.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, de forma bem objetiva, o requerimento que ora apresento, requer, nos termos regimentais, em especial nos termos do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que seja convidada, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Mista acerca do plano de investimento da empresa, tendo em vista as recentes informações publicadas no jornal *Valor Econômico* relacionadas à queda das exportações de petróleo em 46%.

Embora nós já tenhamos tido a presença de S.Sa. aqui para fazer a apresentação desse plano, percebemos que podem estar ocorrendo oscilações extremamente expressivas, a exemplo da publicada no dia de ontem.

Minha preocupação é no sentido de que o requerimento já fique protocolado hoje, Sr. Presidente, porque eu acredito que essa é uma prerrogativa desta Comissão, para termos uma análise, um acompanhamento não só do Orçamento da União, mas também dos orçamentos de suas empresas, em especial da PETROBRAS. Antes que tenhamos isso ocorrendo em outra Comissão, que nós o façamos aqui e, se possível, ao aprovar o requerimento na semana que vem, numa construção de entendimento com ela, que já possamos agendar para a semana que vem, porque essa matéria está trazendo grande preocupação para a economia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado Sávio. Eu vou colocar em votação, na próxima semana, a inclusão extrapauta deste requerimento, visto que a próxima reunião será a continuidade desta. Uma vez aprovado, colocaremos em votação o requerimento.

Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, eu estou preocupado com essa dificuldade de realizarmos reuniões da Comissão de Orçamento. O fato é que o período em que nós temos que aprovar se dá de qualquer maneira. Requerimento de natureza como o do Deputado significa que vai ser uma discussão que tem a ver com o Orçamento — ninguém pode negar —, mas terá muito mais a ver com a discussão de se a PETROBRAS atende ou não às necessidades deste País.



Embora a empresa seja uma estatal respeitadíssima, sempre lhe colocam problemas — S.Exa. tem todo o direito de fazê-lo, democraticamente. Mas esse é o tipo de requerimento que não se resolve numa única reunião. S.Exa. tem essa posição, mas nós temos outra, e, assim como ele tem o direito de colocar o que pensa, nós iremos sair em defesa da PETROBRAS.

O fato é, Sr. Presidente, que isso traz o prejuízo, como vimos em experiências anteriores, de às vezes votarmos aqui de madrugada, e não com tranquilidade, com discussões mais profundas. E, na minha avaliação, o instrumento mais importante desta Casa é o Orçamento.

Eu queria fazer esta observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Com a palavra o Deputado Carlos Magno.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Sr. Presidente, esta reunião será suspensão em detrimento do não acordo sobre o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Será suspensão em consequência do não acordo do relatório preliminar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Isso impede a discussão e a votação dos requerimentos apresentados... É cumulativa essa questão, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Em homenagem ao Deputado Sávio, eu permiti a leitura, mas eu vou colocar em votação somente na próxima reunião, na terça-feira, que, na realidade, será a continuação desta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Nós temos, do Deputado Nilton Capixaba, um requerimento; há uma suplementação orçamentária para alguns Ministérios...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Para a leitura do requerimento eu precisaria da presença do autor do requerimento. É V.Exa. o autor?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Não, apenas estou questionando...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Na presença do autor, eu terei o maior prazer, na próxima reunião, de ler o requerimento do Exmo. Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - E, se possível, votá-lo também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Com certeza.



Nada mais tendo a deliberar, declaro suspensa esta reunião, marcando a próxima para terça-feira, dia 18 de junho, às 14h30min.

Aproveito a oportunidade para cancelar as reuniões convocadas para amanhã e depois de amanhã.

Está suspensa a reunião.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0782/13	DATA: 18/06/2013
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 15h05min	DURAÇÃO: 00h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h20min	PÁGINAS: 9	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de itens constantes da pauta da reunião.

OBSERVAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara e há quórum para deliberação na representação do Senado Federal.

Informo que hoje, dia 18 de junho, terça-feira, às 16 horas, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública da Comissão Mista de Orçamentos, convocada para colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o



aperfeiçoamento do PLN nº 2, de 2013, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A audiência versará sobre o seguinte tema: *Entraves Burocráticos, Realidade e Soluções*. Nós teremos os seguintes convidados: representantes do Tribunal de Contas da União; da Caixa Econômica Federal; da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. Isso em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013, desta Comissão, de autoria do Deputado Danilo Forte, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de junho. Portanto, trata-se de audiência pública de mais alta relevância. Eu espero contar com a presença de todos os presentes.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Dando prosseguimento à Ordem do Dia, à pauta de hoje, conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 611, de 2013, que *“abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais, para os fins que especifica”*.

À Relatora, Deputada Gorete Pereira, foram apresentadas 15 emendas. O voto é pela aprovação da medida provisória na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 15 emendas apresentadas.

A Relatora está com a palavra para apresentação do seu relatório.

Com a palavra a Deputada Gorete.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ler o *caput* da medida provisória e perguntar a V.Exa. se eu posso ler só o meu voto, o voto da Relatora.

Então, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 611, de 2013, que *“abre crédito extraordinário, em*



*favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais”.*

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, a Presidente da República, por intermédio de mensagem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 611, de 4 de abril de 2013, que abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União crédito extraordinário, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais, em favor dos Ministérios: Ministério das Comunicações, 43 milhões de reais, administração direta; Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA, 1 milhão, 862 mil reais, administração direta; Ministério da Defesa, 1 milhão, 862 mil reais (*sic*), administração direta... Seguro-Safra; Ministério da Integração Nacional, 1 milhão, 786 mil e 300 reais, administração direta também, enchentes.

A exposição de motivos da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a medida provisória, mostra a destinação dos recursos, os motivos determinantes e os argumentos que justificam os pressupostos de relevância e urgência para a edição da proposição.

No Ministério das Comunicações, os recursos possibilitarão a contratação de serviço de tecnologia da informação de telecomunicações. Segundo o órgão, após a assinatura da referida garantia, houve divergências sobre esta contemplava somente a disponibilização de infraestrutura.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito será utilizado para pagamento das parcelas do Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para famílias de agricultores participantes do programa, de modo a minimizar os efeitos, além das projeções feitas.

No Ministério da Defesa, os recursos permitirão ao Comando do Exército a aquisição de equipamentos e viaturas, em caráter imediato, essenciais à sua atuação em ações de defesa civil no reforço à Operação Carro-Pipa, com vistas à ampliação da capacidade de distribuição e tratamento de água.

No Ministério da Integração Nacional, o crédito possibilitará o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade





pública, tendo por consequência grave os riscos a que as populações daquelas localidades estão expostas.

Os recursos em favor desse Ministério serão aplicados no pagamento do valor de ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, também de 2004.

A relevância e a urgência da medida no âmbito do Ministério das Comunicações devem-se à importância dos serviços de telecomunicações para o pleno sucesso da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações, além da exiguidade dos prazos para sua adequação e implementação.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, as exigências de relevância e urgência deste crédito extraordinário se justificam devido à intensidade do fenômeno da estiagem.

Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 611, de 2013, na forma proposta pelo Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Gorete.

O relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, declara inadmitidas as emendas indicadas pela Relatora no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Efraim.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, o Democratas tem uma postura que foi decidida em virtude da ausência de diálogo por parte do Governo Federal, principalmente no que concerne à LDO. Visto que várias emendas nossas — emendas de texto, que fique bem claro, emendas de texto, emendas para melhorar o texto da LDO e atender à perspectiva de um Congresso Nacional que cumpra a sua missão de fiscalizador — até agora não foram sequer discutidas, uma vez que não houve nenhum tipo de abertura para procurar avançar e aperfeiçoar o texto, o Democratas assumiu uma postura de obstrução, que, em tese, deveria abarcar inclusive todo e qualquer outro item a ser apreciado no dia de hoje.



Procurado pela Relatora, que nos convenceu da necessidade da matéria, que de forma imperiosa atende realmente a uma necessidade e tem um conteúdo de relevância e urgência e, acima de tudo, em caráter extraordinário, porque se reflete exatamente em ações de combate à seca mais rigorosa dos últimos 50 anos, nós, entendendo esse argumento e a disposição da Presidência desta Comissão em levar a condução dos trabalhos na base do diálogo, vamos encaminhar favoravelmente à aprovação da medida provisória, mas já deixo transparecer aqui, já comunico que, na sequência, não apreciaremos mais nenhum item nesta Comissão, haja vista a visível falta de quórum que, na sequência, será pedido para ser verificado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Portanto, eu dou a discussão como encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado, portanto, o relatório à Medida Provisória nº 611, de 2013.

Dando seguimento ao próximo item da pauta, em apreciação o Requerimento nº 4, de 2013, que requer, nos termos regimentais, que seja sugerida “*ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986*”. O autor é o Deputado Nilton Capixaba, que não está presente, mas este mesmo requerimento é subscrito pelo Deputado Lourival Mendes.

Pergunto se o nobre Deputado deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, o requerimento está em discussão.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Sr. Presidente, pela ordem. Peço a palavra para discutir, sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Muito obrigado.

Sr. Presidente, esse é um requerimento importante do Deputado Nilton Capixaba. Trata-se de uma solicitação ao Governo, porque nós vamos ter agora o vencimento de um decreto, o que vai fazer com que haja o cancelamento de inúmeros empenhos dos Srs. Deputados, e a ideia é que nós tenhamos sua prorrogação.

Então, peço o apoio dos companheiros — acho que o Deputado Nilton Capixaba ainda não chegou de viagem —, porque acho que é um requerimento importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Pergunto ao Deputado Alex se deseja também subscrever, junto ao Deputado Lourival Mendes, esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Por gentileza. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Então, será registrada a subscrição de V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Eu também subscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - A Deputada Gorete também subscreve.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Para defender, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - O Deputado Danilo Forte tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar os Deputados Nilton Capixaba e Lourival Mendes pela iniciativa, e agora também o Deputado Alex Canziani e a Deputada Gorete Pereira, porque acho de fundamental importância que consigamos realmente ter um fôlego no prazo relacionado a esses restos a pagar.

Considerando as mudanças da tramitação dos processos de contratação e de aprovação de projetos e a atual dificuldade, principalmente da Caixa Econômica, na análise desses projetos, é de fundamental importância que consigamos balizar um novo prazo para que os Municípios não se sintam prejudicados, principalmente porque a grande maioria desses convênios se dão exatamente com os Municípios. E, quanto menor o Município, mais precária é sua estrutura exatamente para



elaborar projetos de engenharia e conseguir a aprovação dos mesmos na Caixa Econômica Federal.

Então, eu acho que é uma iniciativa louvável, e nós, do PMDB, a apoiamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

O requerimento, portanto, continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-lo...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, é assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Só para esclarecer. Amanhã, nós teremos uma audiência pública sobre esse tema, salvo engano. Sim?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Não, será hoje sobre entraves burocráticos, às 16h.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - E uma audiência pública exatamente sobre a questão dos restos a pagar não seria amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, a Secretária da Comissão me está informando que os Ministros convocados naquele requerimento de audiência pública ainda não confirmaram presença. Apenas para a audiência pública de hoje estão todos confirmados.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Quero apenas esclarecer que o requerimento, que foi de minha autoria, se V.Exa. bem se lembra, era exatamente sobre esse tema. Foi um tema puxado por nós exatamente dentro do conjunto maior dos restos a pagar: refiro-me à questão do decreto que vai cancelar os contratos, se vencerem no dia 30 de junho e não tiverem qualquer medição, como popularmente se diz no termo técnico.

Eu faço um questionamento. Esse requerimento será direcionado ao Poder Executivo. Não estou com seu teor, mas ele irá subscrito pelos Parlamentares que aqui o subscreveram ou nós poderemos fazer um requerimento em nome da Comissão Mista de Orçamento? É esta a sugestão que deixo: que se trate não de uma posição individualizada, de determinado Parlamentar, mas da Comissão Mista de Orçamento.



Entendamos o principal argumento, Sr. Presidente. Primeiramente, ano passado foi um ano de eleições municipais, o que já gera um déficit no acompanhamento desses projetos pelo Município. Em segundo lugar, em muitos casos, houve alternância de poder nesses Municípios. Os novos Prefeitos teriam de chegar e tomar conta dos recursos que estavam em andamento, de projetos executivos que precisavam ser elaborados e dar entrada na Caixa Econômica. Se, até o dia 30 de junho, esses projetos não tiverem sido aprovados, a licitação realizada e a primeira medição entregue na Caixa Econômica, a Prefeitura perderá esses recursos. É esse o simbolismo do requerimento.

Faço um apelo no sentido de que não seja um requerimento personalizado, mas um tema abraçado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, não tenho como não aplaudir a iniciativa e a sugestão de V.Exa. O autor original do requerimento, o Deputado Nilton Capixaba, está presente. Eu vou passar-lhe a palavra para fazer a defesa mais uma vez. Apesar de S.Exa. não estar presente, o seu requerimento foi lido porque está assinado conjuntamente, subscrito, por vários Parlamentares, inicialmente pelo Deputado Lourival Mendes, depois pelo Deputado Alex Canziani, pelo Deputado Danilo Forte e pela Deputada Gorete Pereira — vários Parlamentares subscreveram seu requerimento.

Agora o Deputado Efraim Filho sugere que, dada a importância do requerimento, ele seja uma atitude não de alguns Parlamentares ou de vários Parlamentares, mas, sim, da Comissão como um todo.

Então, pergunto a V.Exa., como autor original, se tem algum óbice a isso. E lhe passo a palavra para fazer também a defesa de seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA** - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu vejo como o Deputado Efraim, que falou agora mesmo: ano passado foi um ano de eleição. Nós tivemos o empenho de 2011, e muitos Prefeitos que perderam a eleição muitas vezes não deram atendimento ou apoio a esses projetos na Caixa, muitos deles nem estão aprovados ainda.

No meu Estado, há muitos projetos de empenho de 2011 que não foram aprovados na Caixa Econômica. Quer dizer, se esses projetos nem estão aprovados, com certeza vão ser todos cancelados. Fiquei sabendo que, pelos



números, dá mais de 1 bilhão e meio. Então, imagine o transtorno que é para uma Prefeitura trabalhar um projeto, fazer tudo isso e, na hora, perder tudo, não servir para nada aquele monte de papel.

Então, fico feliz em ter o apoio de todos os meus colegas Deputados desta Comissão e concordo com que esse requerimento não seja mais meu, como autor, mas, da Comissão de Orçamento, porque isso é muito importante para o Brasil, para todos os Estados. Com certeza, todos nós que estamos aqui temos emendas na Caixa Econômica, e é um transtorno muito grande para um Deputado anunciar uma emenda ao Prefeito e, ao chegar o momento, ele dizer: “*Deputado, como é que ficou sua emenda?*” “*Perdeu*”. Isso é um transtorno muito grande para nós.

Acho que essa é uma causa de todos os Parlamentares desta Casa, e precisamos ter a definição da Presidência da República de prorrogar por 6 meses esses convênios.

Fica a minha palavra. Eu gostaria de ter o apoio de todos os Parlamentares e que esse requerimento fosse da Comissão de Orçamento. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Portanto, coloco agora em votação o requerimento do Deputado Nilton Capixaba, com o requerimento feito, de forma oral, pelo Deputado Efraim, no sentido de que a Comissão o subscreva de forma integral e, assim, seja sugerido ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872.

Portanto, o requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Coloco agora em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado por unanimidade o Requerimento nº 4, de 2013.

Dando prosseguimento...



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, em atenção ao Regimento da Casa, queria que fosse observado o art. 134 e verificada a existência de quórum no Plenário.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Puty.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Só um acordo de procedimento. Já tendo sido aprovados a medida provisória, os requerimentos e as indicações para o Executivo, que pudéssemos encerrar a sessão pela evidente falta de quórum, conforme solicita o Deputado Efraim Filho, e a retomássemos em momento posterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Então, cumprindo o Regimento desta Comissão, a pedido do Deputado Efraim, que pede verificação de quórum, e não tendo sido verificado o quórum nas duas Casas da Comissão, vou declarar encerrada esta sessão, lembrando aos presentes que teremos uma importante audiência pública, às 16 horas, neste mesmo plenário, para discutirmos os entraves burocráticos no Orçamento da União.

E declaro também a todos os presentes que estão canceladas as 2 sessões previstas para o dia de hoje, uma para as 15h30min e outra para as 18h30min. Estão canceladas essas sessões.

Está encerrada a presente sessão.